

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA; DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.701, DE 2023

Altera a Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para prever pena mais gravosa ao crime de injúria racial quando praticado contra mulheres ou pessoas idosas.

Autora: Deputada SILVYE ALVES

Relatora: Deputada DAIANA SANTOS

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, de autoria da Deputada SILVYE ALVES, pretende criar causa de aumento de pena (de um a dois terços) no crime de injúria racial para os casos em que ela for praticada contra mulher ou pessoa idosa.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Defesa dos Direitos da Mulher; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA



Preliminarmente, observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 5.701/2023.

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre a alteração proposta com as disposições da Lei Maior.

Com relação à **juridicidade**, o projeto revela-se adequado. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

No tocante à **técnica legislativa**, a proposição se amolda aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

No que tange ao **mérito**, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.701/2023, por se mostrar, de forma inequívoca, conveniente e oportuno.

Ressalte-se que este Parlamento, em passado recente, aprovou a inclusão do crime de injúria racial na Lei nº 7.716/1989, para deixar claro que esse delito constitui uma espécie de crime de racismo, sendo, portanto, inafiançável e imprescritível, nos termos do art. 5º, inc. XLII, da Constituição Federal.

Ocorre que, apesar desse importante passo, é preciso que se avance mais, conferindo uma sanção ainda mais rigorosa nos casos em que a injúria racial for praticada contra mulher ou contra pessoa idosa. Afinal, como bem apontou a autora do Projeto, esses indivíduos são *“mais vulneráveis perante uma sociedade preconceituosa, tanto pela condição de ser mulher como também pela idade avançada e, por conseguinte, com maiores dificuldades de reação ou defesa imediatas quando sofrem tais abordagens delituosas”*.



Não por outra razão, na maioria dos casos de injúria racial, as vítimas são mulheres, conforme demonstra estudo elaborado em colaboração entre a Faculdade Baiana de Direito, o portal jurídico Jusbrasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹.

Medidas como a ora analisada, portanto, buscam conferir a esses atos **a gravidade que eles de fato possuem**, razão pela qual a proposição deve ser aprovada por este parlamento.

II.1. Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.701, de 2023.

No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.701, de 2023

Por fim, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.701, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada DAIANA SANTOS
Relatora

¹ <https://www.undp.org/pt/brazil/news/pesquisa-revela-como-brasil-julga-crimes-raciais-contra-pessoas-negras-cometidos-em-redes-sociais>

